Publicação Observatório Findes
Nº 57 | Março de 2026

MERCADO DE TRABALHO

Observatório FINDES

Conjuntura Econômica

Os dados desta nota são originados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE.

Espírito Santo encerra 2025 com taxa de desocupação de 2,4% no último trimestre, mantendo o menor nível da série histórica

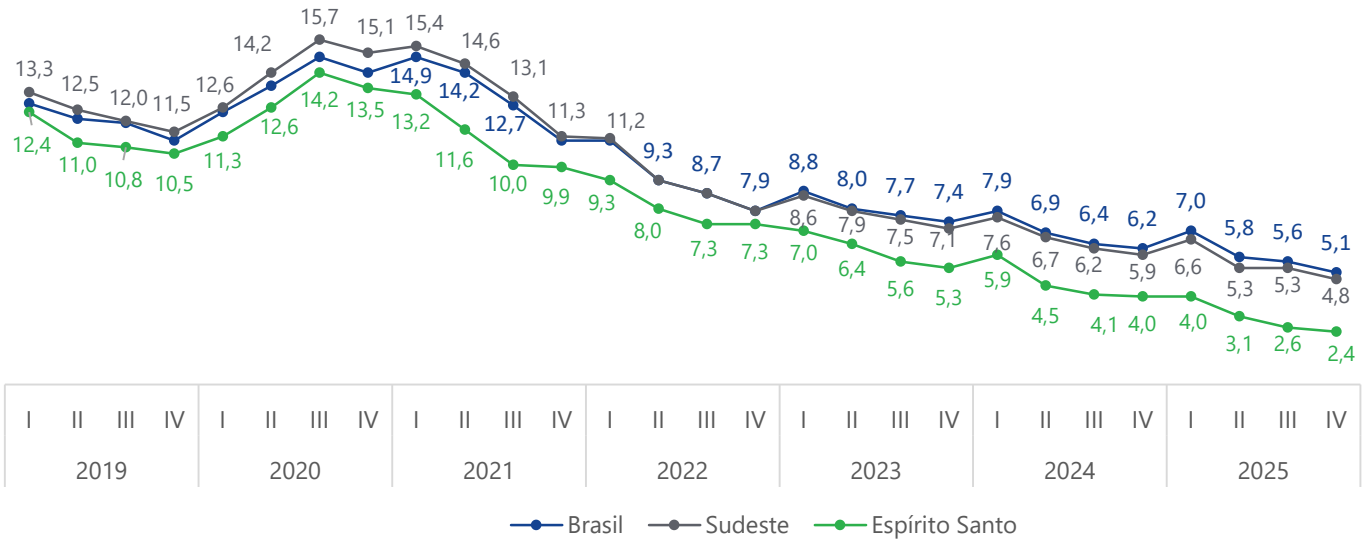
Em 20 de fevereiro, o IBGE divulgou os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral (PNAD) referentes ao 4º trimestre de 2025, apresentando dados detalhados sobre o mercado de trabalho brasileiro no período.

DESOCUPAÇÃO

Os indicadores mais recentes do mercado de trabalho, divulgados na Pnad Contínua Trimestral, evidenciam que o mercado de trabalho capixaba se mantém em situação favorável, com uma taxa de desocupação de 2,4% no 4º trimestre de 2025, permanecendo no menor patamar da série histórica. Apesar de se manter estável em relação ao trimestre imediatamente anterior, de acordo com os critérios estatísticos adotados pelo IBGE, na comparação com o mesmo período de 2024, a taxa de desocupação no estado registrou uma queda de 1,5 ponto percentual.

Com esse desempenho, o Espírito Santo manteve taxa de desocupação inferior à média nacional (5,1%) e à observada na região Sudeste (4,8%). Além disso, permaneceu como o estado com a menor taxa de desocupação do Sudeste e a terceira menor do país no período. Cabe destacar que, entre as unidades da federação, as menores taxas de desocupação foram observadas em Mato Grosso (2,2%), Santa Catarina (2,3%) e Mato Grosso do Sul (3,0%), enquanto Pernambuco (8,8%), Amapá (8,4%) e Alagoas (8,0%) registraram os menores percentuais.

Gráfico 1 – Trajetória da taxa de desocupação (%) - Espírito Santo, Região Sudeste e Brasil



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. | Elaboração: Observatório Findes.

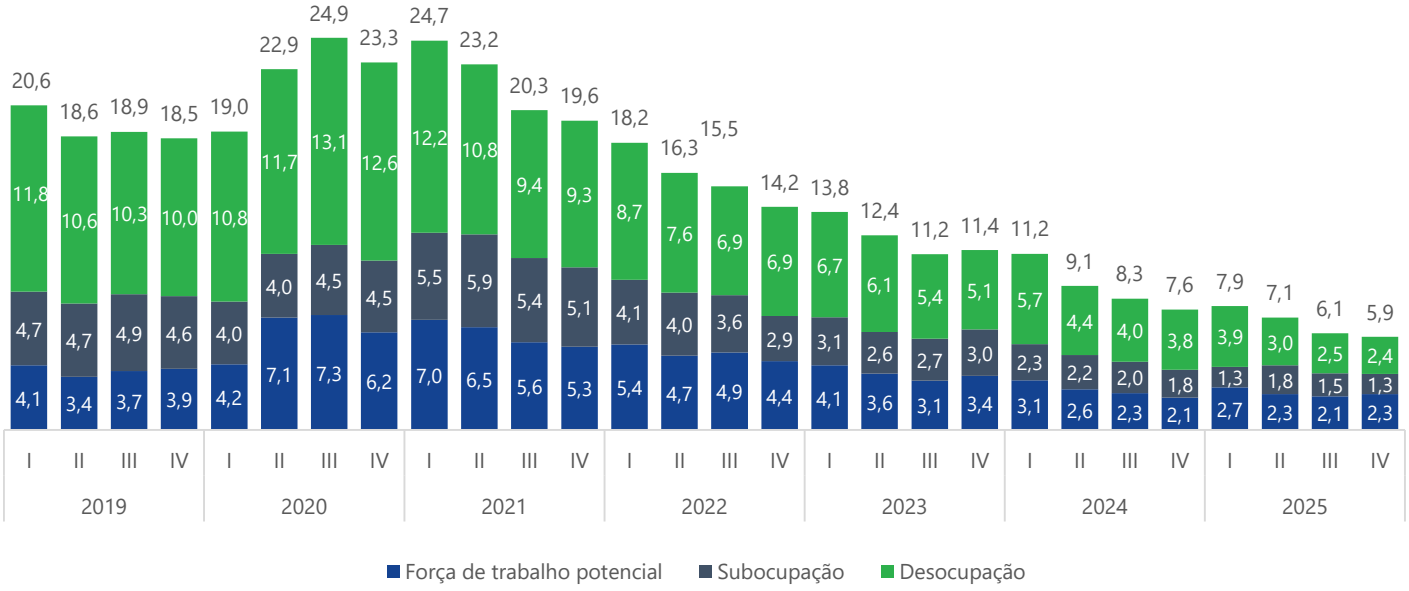
O baixo nível de desemprego pode ser explicado por dois movimentos simultâneos. De um lado, o cenário econômico aquecido tem ampliado a demanda por trabalhadores, inclusive gerando preocupações quanto à escassez de mão de obra. Por outro lado, a relativa estabilidade recente da força de trabalho, que reúne pessoas ocupadas e desocupadas, estimada em 2,1 milhões de pessoas no Espírito Santo, também contribui para uma baixa taxa de desocupação. Esse comportamento reflete, em parte, fatores demográficos de natureza estrutural, como o envelhecimento da população, o menor ritmo de crescimento populacional e a maior permanência de jovens fora do mercado de trabalho, em razão de dedicação aos estudos ou desalento.

Em contrapartida, à medida que a taxa de desocupação se aproxima de níveis historicamente baixos, o ritmo de queda do indicador tende a se tornar mais moderado. Assim, embora a trajetória recente ainda seja de queda, observa-se que o movimento vem perdendo intensidade nos últimos trimestres, o que reflete o arrefecimento da atividade econômica em relação aos períodos anteriores.

No 4º trimestre do ano, observou-se também que a taxa composta de subutilização do estado, medida mais ampla do desemprego que inclui desocupados, subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial, apesar permanecer estável em relação ao 3º trimestre, também recuou na comparação interanual (1,8 p.p.), alcançando 5,9%. Com esse resultado, o estado manteve-se como o segundo estado com menor nível de subutilização da força de trabalho, ficando atrás apenas de Santa Catarina (4,4%) no período.

Embora a redução interanual da subutilização da força de trabalho no estado tenha sido impulsionada principalmente pela queda da taxa de desocupação, também refletiu a diminuição da subocupação, um dos componentes do indicador, que recuou de 1,8% para 1,3% no período. Por outro lado, a força de trabalho potencial apresentou leve alta, passando de 2,1% para 2,3%. Ainda assim, o movimento sugere melhora gradual no aproveitamento da força de trabalho, apesar da permanência de trabalhadores fora do mercado ou com jornada insuficiente.

Gráfico 3 – Trajetória da taxa composta de subutilização da força de trabalho (%)* - Espírito Santo



*Para melhor entendimento, sugere-se a leitura do Glossário ao final da nota.
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE. | Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

[1] Ver mais em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2025-10/10ce2025-carta-do-ibre-1_0.pdf

OCUPAÇÃO

No último trimestre de 2025, a população ocupada no Espírito Santo alcançou cerca de 2,05 milhões de pessoas, mantendo-se no maior patamar da série histórica da PNAD Contínua, embora sem variações estatisticamente significativas em relação ao mesmo trimestre de 2024 e ao trimestre imediatamente anterior. Com isso, o nível de ocupação no estado permaneceu em 60,6% da população em idade de trabalhar. Por outro lado, o número de desocupados, apesar de se manter estável frente ao 3º trimestre do ano, apresentou uma expressiva queda interanual de 39,5%, referente a menos 52 mil pessoas desocupadas nessa situação no estado.

Paralelamente, houve aumento do contingente de pessoas fora da força de trabalho no estado, que passou de 1,23 milhão no quarto trimestre de 2024 para 1,28 milhão no mesmo período de 2025. Essa ampliação representa uma variação de 4,2%, equivalente à saída de cerca de 52 mil pessoas da força de trabalho no Espírito Santo. Nesse sentido, embora parte da redução se deva à absorção de trabalhadores em um contexto de economia aquecida, a queda na proporção de desocupados na população em idade de trabalhar também pode ser explicada, em parte, pela saída de pessoas fora da força de trabalho, ou seja, pelo afastamento de parcela da população do mercado de trabalho, especialmente idosos (por aposentadoria ou doença) e jovens que dedicam tempo integral aos estudos.

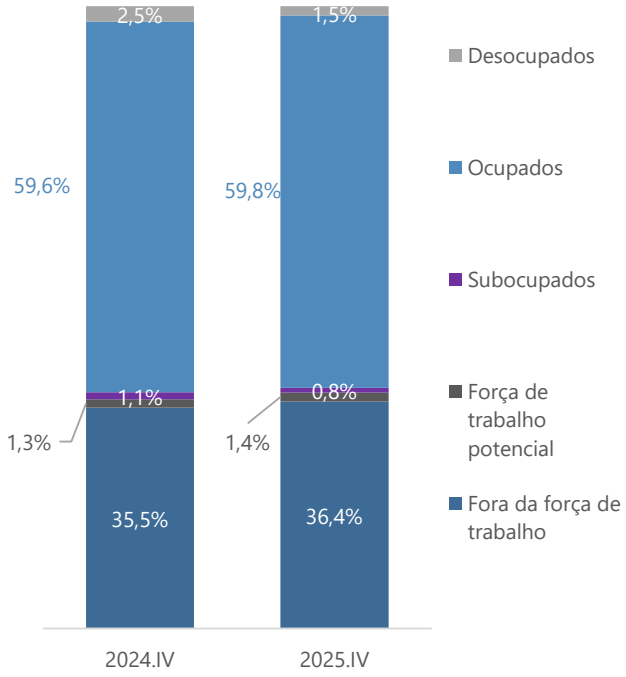
De forma complementar, a taxa de participação, indicador que expressa a parcela da população em idade ativa inserida na força de trabalho, foi estimada em 62,1% no último trimestre de 2025. O resultado permanece próximo da taxa nacional (62,2%), mas ainda abaixo do nível observado no período pré-pandemia, o que indica dificuldades para a retomada integral dos patamares anteriores, mesmo diante da recuperação recente do mercado de trabalho.

FORÇA DE TRABALHO

No quarto trimestre de 2025, a força de trabalho no Espírito Santo foi estimada em 2,1 milhões de pessoas. Esse contingente manteve-se estável tanto na comparação com o trimestre imediatamente anterior quanto na comparação interanual, segundo os critérios estatísticos do IBGE, apesar da redução de aproximadamente 9 mil pessoas em termos absolutos em relação ao mesmo período de 2024.

Já a população fora da força de trabalho totalizou 1,3 milhão de pessoas no último trimestre móvel de 2025. Desse total, cerca de 1,2 milhão correspondia à força de trabalho não potencial, enquanto 49 mil pessoas integravam a força de trabalho potencial. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a força de trabalho não potencial registrou aumento de aproximadamente 47 mil pessoas, enquanto a força de trabalho potencial cresceu em cerca de 5 mil pessoas.

Gráfico 6 – Distribuição da população em idade ativa (%) no 4º trimestre de 2024 e 2025 – Espírito Santo



Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Observatório da Indústria/Sistema Findes.

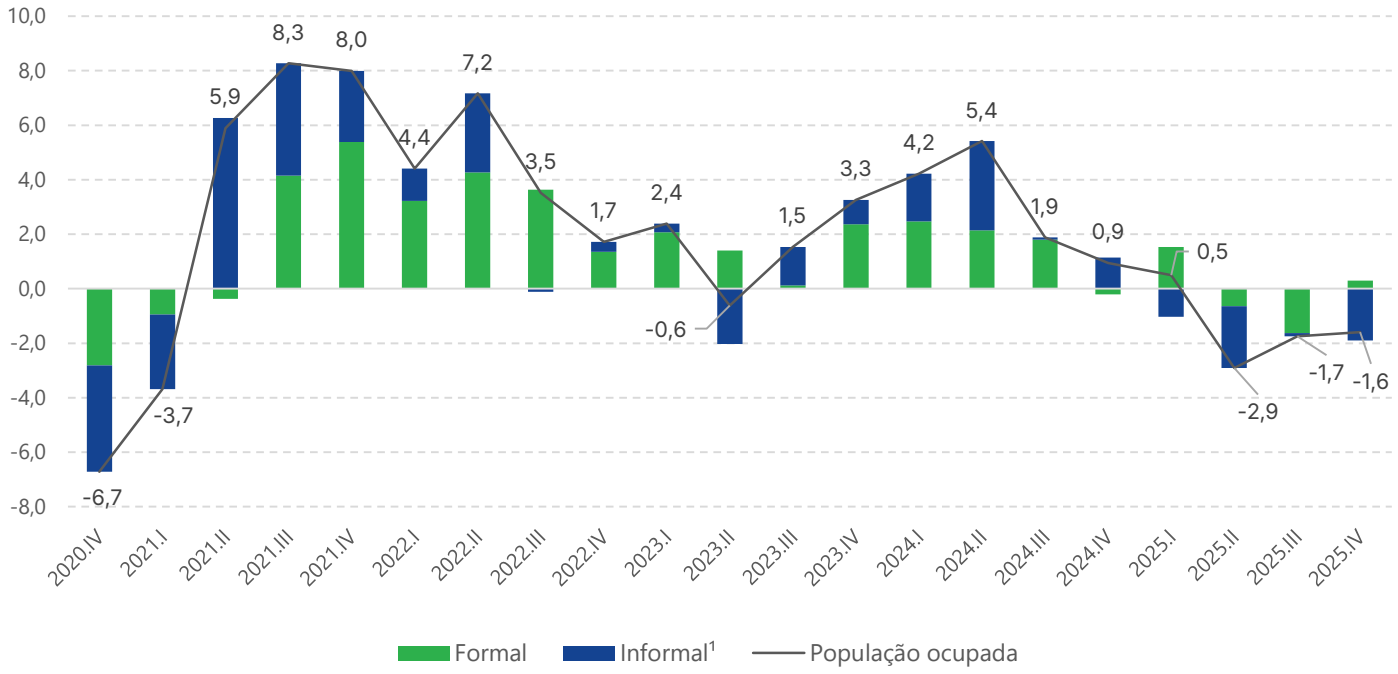
INFORMALIDADE

No último trimestre de 2024, a taxa de informalidade no Espírito Santo foi de 37%, com leve queda em relação ao trimestre anterior (-1,7 p.p.) e ao mesmo período do ano anterior (-1,4 p.p.), mantendo-se próxima à média nacional (37,4%). Em termos absolutos, isso representou cerca de 758 mil trabalhadores informais no estado, uma redução de aproximadamente 31 mil pessoas em relação ao trimestre imediatamente anterior, quando o contingente era de 789 mil.

De modo geral, a composição entre ocupações formais e informais no estado tem se mantido relativamente estável nos períodos mais recentes, sem alterações significativas na distribuição entre esses dois segmentos do mercado de trabalho. Ainda assim, observa-se redução moderada no contingente de trabalhadores ocupados sem vínculo formal, movimento que acompanha tendência verificada em nível nacional, ao mesmo tempo em que o emprego formal segue em expansão, ainda que em ritmo menos intenso.

De acordo com o Ipea (2026)[2], parte da diferença observada entre os contingentes de trabalhadores formais e informais pode ser explicada pelo padrão de ajuste do mercado de trabalho em contextos de desaceleração econômica, como o recente. No segmento informal, onde os custos de admissão e desligamento são menores, empresas e trabalhadores tendem a ajustar suas relações de forma mais rápida diante de um ambiente menos favorável. Já no mercado formal, a retração do emprego costuma ocorrer com defasagem, uma vez que os custos trabalhistas e os encargos associados à contratação e à demissão levam os empregadores a postergar decisões de desligamento, recorrendo a esse ajuste apenas quando há maior evidência de persistência da desaceleração econômica.

Gráfico 4 – Decomposição da variação interanual da população ocupada por situação da ocupação* (%) – Espírito Santo



* Consideram-se trabalhadores informais: trabalhador do setor privado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria (sem CNPJ) e trabalhador familiar auxiliar.
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE. | Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

2. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Desempenho recente do mercado de trabalho. Carta de Conjuntura, n. 69, Nota de Conjuntura 21, 4º trimestre de 2025. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho/

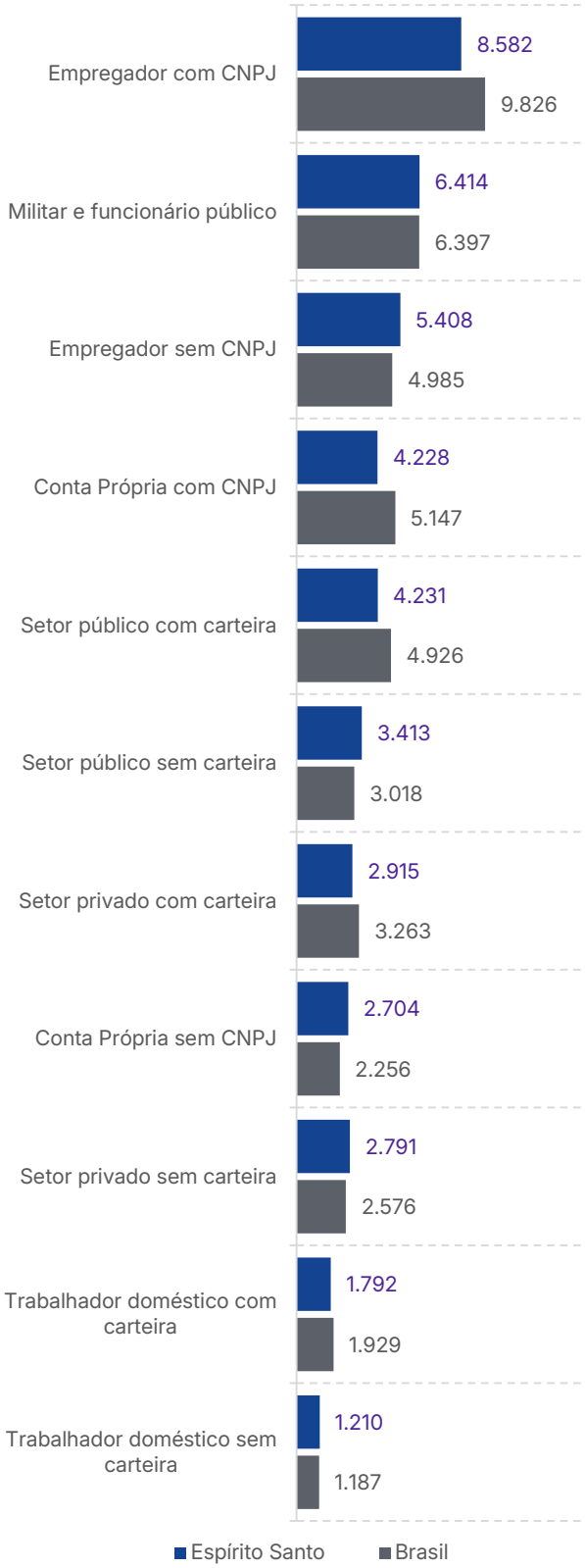
RENDIMENTO

No Espírito Santo, o rendimento médio real habitualmente recebido por todos os trabalhos foi de R$ 3.508 no quarto trimestre de 2025, registrando alta de 1,4% em relação ao trimestre anterior e de 2,3% na comparação interanual. No mesmo período, a massa de rendimento habitual do trabalho alcançou R$ 7,07 bilhões, com avanços de 2,0% frente ao terceiro trimestre e de 4,0% em relação ao mesmo trimestre de 2024. Ainda assim, segundo os intervalos de confiança do IBGE, ambos os indicadores permaneceram estatisticamente estáveis, não havendo evidência de crescimento significativo da renda. Ademais, o rendimento médio no estado seguiu ligeiramente abaixo das médias do Brasil (R$ 3.613) e da região Sudeste (R$ 4.033).

No Brasil, por outro lado, tanto o rendimento habitual real quanto a massa de rendimento apresentaram crescimento estatisticamente significativo no quarto trimestre de 2025, tanto na comparação interanual quanto em relação ao trimestre imediatamente anterior. No período, o rendimento médio real no país foi de R$ 3.613, registrando alta de 5,0% frente ao mesmo trimestre de 2024, enquanto a massa de rendimento alcançou cerca de R$ 367,5 bilhões, com crescimento de 6,4% na mesma base de comparação.

Em termos ocupacionais, no Espírito Santo, os maiores aumentos da remuneração média real ocorreram entre militares e empregados públicos (65,3%), impulsionados por reajustes salariais, benefícios adicionais e ajustes específicos em carreiras como a de professores ao longo de 2025. Também houve crescimento dos rendimentos em ocupações informais, com destaque para empregados sem carteira no setor privado (10,4%), domésticos sem carteira (18,3%) e trabalhadores por conta própria (5,6%). Esse movimento acompanha a tendência observada no Brasil, onde a expansão da renda tem sido parcialmente estimulada pelo avanço das ocupações informais.

Gráfico 5 – Rendimento real médio* por posição na ocupação e categoria de emprego (R$) no 4º trimestre de 2025 – Espírito Santo e Brasil



* Rendimento real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos.
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Observatório Findes.

GLOSSÁRIO

População em idade ativa: pessoas de 14 anos ou mais.

População ocupada: pessoas que trabalharam pelo menos uma hora ou que estavam temporariamente afastadas do trabalho na semana de referência da pesquisa.

População desocupada: pessoas que estavam sem trabalho e tomaram alguma providência para tentar conseguí-lo no período de referência de 30 dias.

População na força de trabalho: pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência da pesquisa.

População desalentada: pessoas fora da força de trabalho na semana de referência, por não realizar busca efetiva por trabalho no período de 30 dias pelos motivos de não conseguirem trabalho adequado, ou não terem experiência profissional ou qualificação, ou não conseguirem trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos, ou por não haver trabalho na localidade.

População não desalentada: pessoas fora da força de trabalho na semana de referência, por não realizar busca efetiva por trabalho no período de 30 dias por não se encontrarem disponíveis para trabalhar.

População subocupada: pessoas ocupadas que trabalhavam menos de 40 horas e estavam disponíveis e gostariam de trabalhar mais horas que as habituais.

População na força de trabalho ampliada: pessoas ocupadas, desocupadas e na força de trabalho potencial (inclui desalentados e não desalentados).

Taxa de desocupação: é interpretada também como taxa de desemprego. É o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana.

Nível de ocupação: Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Taxa de participação na força de trabalho: Percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal: É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Rendimento médio real efetivamente recebido em todos os trabalhos: É o rendimento bruto real médio efetivamente recebido no mês de referência em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Massa de rendimentos reais efetivamente recebidos em todos os trabalhos: É a soma dos rendimentos brutos efetivamente recebidos no mês de referência por todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Fonte: IBGE.

Observatório FINDES

@observatoriofindes

@observatoriofindes

Acesse ***observatoriofindes.com.br*** ou leia o QR Code ao lado para encontrar mais produtos e estudos.

Gerência responsável: Gerência de Inteligência de Dados e Pesquisa